

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.309 - GO (2018/0333649-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE GOIÂNIA
PROCURADORES : WELLINGTON FERNANDES DE OLIVEIRA JUNIOR - GO047081
RAFAEL KRIEK LUCENA CAVALCANTI - GO048304
VINICIUS SILVA BARBOSA E OUTRO(S) - GO040587
AGRAVADO : DINA FERREIRA DA ROCHA
ADVOGADOS : CECÍLIA NEVES DA SILVA - GO026660
ROSANA MENDES BORGES E OUTRO(S) - GO028160

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, em 10/12/2018, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE. RECURSO 'SECUNDUM EVENTUM LITIS'. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.

1. O agravo de instrumento é recurso que deve ser julgado *secundum eventum litis*, limitando-se a analisar o acerto ou desacerto da decisão recorrida, sem ingressar no mérito da demanda, sob pena de prejudicamento da causa e supressão de instância.

2. Segundo a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a correção monetária e os juros de mora, enquanto consectários legais da condenação principal, possuem natureza de ordem pública e, por isso, podem ser analisados até mesmo de ofício, de sorte que a modificação de seus índices não configura *reformatio in pejus*.

3. Em observância ao precedente do Supremo Tribunal Federal, que a correção monetária deverá incidir desde quando deveriam ter sido pagas cada uma das obrigações exigidas, conforme índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança até 25/03/2015, e após essa data, pelo IPCA.

4. Quanto ao termo inicial dos juros de mora, estes deverão incidir desde a citação, nos moldes do artigo 405 do Código Civil.

AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO" (fl. 55e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 60/63e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL.

AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. PREQUESTIONAMENTO.

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. DESNECESSIDADE DE JUNTADA DE DOCUMENTOS.

1. Somente merecem acolhimento os embargos declaratórios quando verificada alguma das hipóteses do art. 1.022 do CPC, sendo o caso de rejeitá-los quando inexistir qualquer dos defeitos elencados.

2. O art. 1.025 do CPC passou a acolher a tese do prequestionamento ficto, ficando o atendimento desse requisito condicionado ao reconhecimento, pelos tribunais superiores, de que a inadmissão ou a rejeição dos aclaratórios na origem violou o art. 1.022 do mesmo diploma legal.

3. Uma vez constatado que os autos da ação de conhecimento que originou a sentença exequenda, estão apensados ao feito executivo, é dispensada a juntada da certidão de trânsito, da data da propositura da demanda e da data da efetiva citação.

4. Para se chegar ao exato montante da dívida exequenda não se faz necessária a instauração da fase de liquidação de sentença, bastando a elaboração de cálculos aritméticos, nos termos do artigo 509 do CPC.

5. Em observância ao precedente do STF, a correção monetária deverá incidir desde quando deveriam ter sido pagas cada uma das obrigações exigidas, conforme índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança até 25/03/2015, e após essa data, pelo IPCA. Outrossim, quanto ao termo inicial dos juros de mora, estes deverão incidir desde a citação, nos moldes do art. 405 do CC.

EMBARGOS REJEITADOS" (fl. 89e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação ao **art. 509 do CPC/2015**, sustentando:

"A sentença julgou procedentes os pedidos para reconhecer o tempo de serviço prestado pela autora à Prefeitura de Goiátuba e declarar que a mesma conta com 25 anos, 02 meses e 17 dias de tempo de serviço, bem como que faz jus à concessão da aposentadoria por idade na modalidade especial, sendo que para o cálculo da renda mensal do benefício devem ser considerados 05 (cinco) quinquênios. No entanto, a Exequente não deu início à fase de liquidação de sentença, partindo diretamente para a execução do título, sem que este possua sequer um valor determinado. Logo, o título executivo tornou-se inexigível, vez que não houve apuração e fixação do *quantum debeatur*, tendo em vista a necessidade de se analisar a diferenças, corrigindo cada valor mensalmente, tudo adicionado de

juros de mora e correção monetária.

Essa peculiaridade afasta a possibilidade de deflagração imediata do cumprimento de sentença, dado que não se tratam de "meros" cálculos aritméticos. Acerca do tema, assim preceitua o CPC/15, verbis: (...)" (fl. 103e).

Por fim, requer "que o presente recurso especial seja conhecido e provido nos termos do artigo 105, III, 'a', da Constituição Federal de 1988, para que a o v. acórdão seja reformado, ante a interpretação diversa dada pela 4ª CÂMARA CÍVEL DO TJGO da correta aplicação do art. 509, do CPC, o que enseja a necessidade da instauração da fase de liquidação no caso em liça" (fl. 105e).

Contrarrazões a fls. 111/121e.

Inadmitido o Recurso Especial (fl. 123/124e), foi interposto o presente Agravo (fls. e).

Sem contraminuta.

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela parte ora recorrente, o qual restou improvido, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

O Tribunal de origem, no que interessa à espécie, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, consignou, **in verbis**:

"Conforme restou consignado anteriormente, nos termos do artigo 509 do atual Código de Processo Civil, **para se chegar ao exato montante da dívida exequenda não se faz necessária a instauração da fase de liquidação de sentença, bastando a elaboração de cálculos aritméticos.**

Ainda, pode o julgador se valer do contador do juízo, na hipótese de dúvida a respeito do real valor do crédito, sem que isso importe em ausência de liquidez do título.

Destarte, **o magistrado de primeiro grau consignou que os autos da ação de conhecimento, que originou a sentença exequenda, estão apensados ao feito executivo, dispensando, por isso, a juntada da certidão de trânsito, da data da propositura da demanda e da data da efetiva citação**" (fl. 46e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ,

conheço do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

